

The background is a solid red color. Overlaid on this are three white geometric shapes: a long, thin parallelogram in the upper right; a horizontal rectangle in the middle right; and a large triangle in the lower right. The text is positioned in the lower-left area of the page.

Delta 2 Energia S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro
de 2023

Índice

BALANÇOS PATRIMONIAIS	34
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	7
1. CONTEXTO OPERACIONAL	89
2. BASE DE PREPARAÇÃO	89
3. GESTÃO DE RISCOS	1213
4. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS	1516
5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	1617
6. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES	1718
7. INVESTIMENTOS	1718
8. IMOBILIZADO	1819
9. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	2021
10. FORNECEDORES	2324
11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS	2324
12. OUTRAS OBRIGAÇÕES E PROVISÕES	2425
13. PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS	2425
14. PARTES RELACIONADAS	2526
15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2627
16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2728
17. CUSTOS DA OPERAÇÃO E COMPRA DE ENERGIA	2829
18. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	2931
19. RESULTADO FINANCEIRO	2931
20. PROCESSOS JUDICIAIS	2931
21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	3032
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	3234

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de Reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	296	97	56.535	25.925
Clientes	5	-	-	21.725	33.810
Dividendos a receber	14	8.388	7.314	-	-
Outros créditos	6	201	218	2.628	3.389
		8.885	7.629	80.888	63.124
Não circulante					
Caixa restrito	4	104	104	16.825	15.597
Clientes	5	-	-	11.957	9.059
Outros créditos	6	-	-	1.838	953
		104	104	30.620	25.609
Investimentos	7	180.404	165.784	-	-
Imobilizado	8	-	-	323.165	334.766
Intangível	-	-	-	1.427	2.046
		180.404	165.784	324.592	336.812
		180.508	165.888	355.212	362.421
Total do ativo		189.393	173.517	436.100	425.545

Passivo e Patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Circulante					
Fornecedores	10	-	61	4.001	3.587
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	8.541	6.518	25.948	22.584
Obrigações trabalhistas e tributárias	11	6	4	4.439	3.018
Passivos de arrendamentos	13	-	-	1.514	1.496
Outras obrigações	12	5.271	393	6.259	1.463
		13.818	6.976	42.161	32.148
Não circulante					
Fornecedores	10	-	-	-	190
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	15.667	22.791	213.215	234.902
Passivos de arrendamentos	13	-	-	17.926	13.230
IRPJ e CSLL diferidos	-	-	-	952	1.216
Outras obrigações	12	-	-	1.938	109
		15.667	22.791	234.031	249.647
Total do passivo		29.485	29.767	276.192	281.795
Patrimônio líquido					
Capital social	15	90.706	90.656	90.706	90.656
Reservas de capital		1.326	876	1.326	876
Reservas de lucro		67.876	52.218	67.876	52.218
Total do patrimônio líquido		159.908	143.750	159.908	143.750
Total do passivo e patrimônio líquido		189.393	173.517	436.100	425.545

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de Reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	16	-	-	93.546	83.884
Custos da operação e compra de energia	17	-	-	(46.060)	(41.793)
Lucro bruto		-	-	47.486	42.091
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	18	(97)	(30)	(1.939)	(2.033)
Outras receitas (despesas) operacionais	-	-	-	(165)	1.324
Resultado de equivalência patrimonial	7	24.263	19.050	-	-
		24.166	19.020	(2.104)	(709)
Resultado operacional		24.166	19.020	45.382	41.382
Receitas financeiras	19	46	12	5.850	4.567
Despesas financeiras	19	(3.677)	(4.601)	(25.841)	(27.557)
		(3.631)	(4.589)	(19.991)	(22.990)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		20.535	14.431	25.391	18.392
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	(4.856)	(3.961)
Lucro líquido do exercício		20.535	14.431	20.535	14.431

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes dos exercícios findos em 31 dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	20.535	14.431	20.535	14.431
Outros resultados abrangentes		-		-
Resultado abrangente total	20.535	14.431	20.535	14.431

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de Reais

	Reserva de lucros					Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Estatuária e de investimentos	Lucros acumulados	
Saldo em 1º de janeiro de 2022	90.656	876	2.335	35.452	-	129.319
Transações com acionistas						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	14.431	14.431
Reserva legal	-	-	722	-	(722)	-
Reserva de lucro estatutária e investimento	-	-	-	13.709	(13.709)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	90.656	876	3.057	49.161	-	143.750
Transações com acionistas						
Aumento de capital	50	450	-	-	-	500
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(4.877)	(4.877)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	20.535	20.535
Destinação resultado	-	-	1.027	14.630	(15.657)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	90.706	1.326	4.084	63.791	-	159.908

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	20.535	14.431	25.391	18.392
Ajustes:				
Depreciação e amortização	-	-	18.597	18.467
Resultado de equivalência patrimonial	(24.263)	(19.050)	-	-
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos	3.391	4.229	24.608	25.935
Receita financeira de aplicações financeiras	(39)	-	(5.763)	(4.565)
Baixa de ativos	-	-	597	-
Amortização custo de transação	77	71	109	(1.211)
	(299)	(319)	63.534	57.018
(Aumento) redução nos ativos				
Clientes	-	-	9.187	(5.430)
Outros créditos	17	407	(124)	3.494
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	(61)	4	224	(47)
Obrigações trabalhistas e tributárias	2	-	1.421	744
Partes relacionadas	1	-	(41)	-
Outras contas a pagar	-	(53)	(149)	(8.229)
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações	(340)	39	74.052	47.550
Dividendos recebidos	-	2.282	-	-
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(3.901)	(3.494)	(21.582)	(22.087)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(5.120)	(4.032)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(4.241)	(1.173)	47.350	21.431
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado e intangíveis	-	-	(181)	(4.374)
Aplicações financeiras	44	(104)	4.535	2.556
Redução de capital em controladas	8.569	6.888	-	-
Caixa gerados pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	8.613	6.784	4.354	(1.818)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento de principal – empréstimos e financiamentos	(4.668)	(3.394)	(20.098)	(17.498)
Aumento de capital	500	-	500	-
Dividendos pagos	-	(2.282)	-	(2.282)
Arrendamentos pagos	-	-	(1.496)	(1.502)
Caixa aplicado pelas atividades de financiamentos	(4.168)	(5.676)	(21.094)	(21.282)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	199	(66)	30.610	(1.669)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	97	162	25.925	27.594
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	296	97	56.535	25.925

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Delta 2 Energia S.A. (“Delta 2”, “Controladora” e “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado sediada em São Paulo, na Avenida Juscelino Kubistchek, no. 1830, 6º. Andar, conjunto 62. A Delta 2 é uma sociedade integralmente controlada pela Omega Geração 1 S.A. (“OG 1”). Em 12 de maio de 2017 a OG 1 passou a ser uma sociedade integralmente controlada pela Serena Geração S.A. (“Serena”), por meio da integralização de suas ações pelos seus acionistas controladores ao capital da Serena.

Fundada em 2011, a Companhia detém participação em ativos de geração de energia elétrica com foco em energia limpa e renovável, que atuam, exclusivamente, na produção e comercialização de energia elétrica.

A Delta 2 e suas controladas diretas operam 3 empreendimentos, denominados complexo Delta 2 (“UGC Delta 2”), com capacidade total instalada para geração de 74,8 MW¹ de energia renovável, localizados nos estados do Piauí. A energia produzida é vendida por meio de contratos de longo prazo no ambiente regulado (ACR), obtidos em leilões promovidos pela ANEEL, com preços fixos indexados à inflação ou por meio de contratos em ambiente de livre negociação (ACL), cujos preços sofrem oscilações decorrentes da oferta e demanda de mercado. A Delta 2 opera parques eólicos e gerencia suas atividades de maneira consolidada, considerando apenas um único segmento de negócios e uma única unidade geradora de caixa (“UGC”).

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Os termos abaixo são utilizados ao longo destas demonstrações financeiras de forma abreviada:

- ACR – Ambiente de Contratação Regulado;
- ACL – Ambiente de Comercialização Livre;
- CCEAR – Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado
- CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica;
- PLD – Preço de Liquidação das Diferenças;

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada e

¹ Informação não auditada.

os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

2.2 Base de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado, quando aplicável.

Os eventos subsequentes foram avaliados até 12 de março de 2024, data em que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade opera ("moeda funcional"), que no caso da Serena é o real ("BRL" ou "R\$"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Consolidação e investimentos

As demonstrações financeiras consolidadas refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e de suas controladas ("controladas"). A política contábil para a classificação dos investimentos e sua consolidação está descrita na Nota 7.

Nome	Localização das operações	Atividade e UGC	% Participação total	
			2023	2022
Porto do Delta Energia S.A. ("Porto do Delta")	Piauí	Geração de energia eólica – UGC Delta 2	100%	100%
Testa Branca I Energia S.A. ("Testa Branca I")	Piauí	Geração de energia eólica – UGC Delta 2	100%	100%
Testa Branca III Energia S.A. ("Testa Branca III")	Piauí	Geração de energia eólica – UGC Delta 2	100%	100%

2.5 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas às demonstrações financeiras são consistentes com as adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores. A Companhia não adotou antecipadamente quaisquer normas e interpretações que tenham sido emitidas ou alteradas, mas que ainda não estejam em vigor.

As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas, com

um resumo da base de reconhecimento e mensuração utilizada pela Companhia.

2.6 Classificação circulante versus não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (ii) está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; (iii) espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e (iv) é caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando: (i) espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; (ii) está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (iii) deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e (iv) a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.7 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
8	Imobilizado – vida útil e taxas de depreciação
20	Processos judiciais

2.8 Novas normas e interpretações contábeis

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, conseqüentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados e/ou emitidos estão demonstrados a seguir:

- **Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 – Divulgação de políticas contábeis:** alteração do termo “políticas contábeis significativas” para “políticas contábeis materiais”. A alteração também define o que é “informação de política contábil material”, explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O “*IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*”, também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil.
- **Alteração ao IAS 8/CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.
- **Alteração ao IAS 12/CPC 32 – Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.
- **Alteração ao IAS 12/CPC 32 – Tributos sobre o Lucro:** em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada “GloBE effective tax rate” ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação.

As alterações que entraram em vigor em 1 de janeiro de 2023 acima descritas não produziram impactos relevantes nestas demonstrações financeiras consolidadas. Em

relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Serena Energia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. GESTÃO DE RISCOS

A Delta 2 realiza a gestão de riscos com o objetivo de suportar o atingimento de suas metas e para garantir a solidez e a flexibilidade financeira da Companhia e a continuidade do negócio. A estratégia de gestão de riscos da Delta 2, integrada à estrutura de gestão da sua controladora Serena, objetiva proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais a Companhia está exposta, por meio de uma matriz de riscos e impactos, revisada e atualizada periodicamente, que contempla as áreas operacionais, financeira, jurídica, regulatória, gestão de pessoas e funding.

São mapeados diversos riscos, classificados por sua relevância, sendo os mais relevantes listados a seguir:

- **Riscos operacionais:** relacionados à eficiência operacional dos ativos, disponibilidade dos sistemas, desvios de geração de energia, pessoas e processos internos;
- **Riscos climáticos:** relacionados a estimativas de afluências e ventos nas sub-regiões climáticas onde estão localizados os ativos;
- **Riscos de mercado:** relacionados a preços, inflação e taxas de juros;
- **Risco de crédito:** relacionados aos créditos com clientes e investimentos financeiros;
- **Risco de liquidez:** relacionado ao cumprimento de obrigações financeiras.

3.1 Riscos operacionais

A Companhia contrata prestadores de serviços terceirizados para as atividades de operação e manutenção ("O&M") de suas centrais geradoras de energia elétrica, comumente o próprio fornecedor dos equipamentos, e, caso esses serviços não sejam adequadamente executados, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso relevante. A gestão desse risco é feita no sentido de garantir a disponibilidade e a eficiência operacional das usinas, sendo mantidos planos de manutenção e monitoramento semanal, além de planos de manutenção preventiva e inspeção rotineira dos ativos semestralmente, bem como o acompanhamento tempestivo da geração de energia nos parques, de forma a realizar intervenções necessárias, inclusive em relação aos prestadores de serviços, para corrigir desvios.

A Companhia depende dos serviços de profissionais técnicos na execução de suas atividades e caso a Companhia venha a perder os principais integrantes desse quadro de pessoal, terá de atrair e treinar pessoal adicional para sua área técnica, o que pode gerar custos adicionais. A área de gestão de pessoas da Companhia possui um processo estruturado para contratar e/ou repor pessoas chave para posições

técnicas e de liderança da organização, além de manter objetivos e programas para seu desenvolvimento contínuo e retenção.

Adicionalmente, os processos e sistemas da Companhia contam com um sistema de gestão integrado (“ERP”) – Enterprise Resource Planning, que garante a integração das informações das áreas de negócios com os sistemas contábeis e gerenciais da Companhia e são atualizados periodicamente para capturar alterações processuais relevantes e avanços no ambiente tecnológico.

3.2 Risco climático

Os contratos de venda de energia no mercado regulado têm estrutura que mitiga o impacto financeiro de intermitências do recurso eólico. Os contratos são realizados pela modalidade disponibilidade, com pagamentos mensais, sem obrigação mensal de entrega de energia. Além disso, para as obrigações anuais são definidas bandas inferiores e superiores de geração, de forma que não haja impacto econômico para os ativos se a geração de energia estiver dentro dessas bandas. As variações de geração são equalizadas anualmente quando a geração acumulada estiver acima ou abaixo dessas bandas e são ajustadas pelos preços e penalidades definidas previamente nos contratos.

3.3 Risco de mercado

O risco relacionado às taxas de juros provém da flutuação das taxas de mercado. A exposição da Companhia deriva, principalmente, de empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras com taxas de juros pré ou pós-fixadas, TJLP e índices de inflação. A carteira composta por esses instrumentos financeiros é monitorada mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa. Quanto ao risco de aceleração inflacionária, os contratos de venda de energia de longo prazo em vigor possuem cláusula de reajuste inflacionário, o que representa um hedge natural para as dívidas e obrigações indexadas aos índices de inflação.

A Delta 2 comercializa energia no ACR e no ACL. No ACR, a venda se dá por meio de contratos provenientes de leilões, cujos preços são pré-determinados, corrigidos por um determinado índice inflacionário. Nesse ambiente, o risco às variações do preço de mercado e ao PLD decorrem dos ajustes de balanço energético, quando a geração é diferente da energia vendida, liquidados no curto prazo pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”). Parcela substancial da energia comercializada está vinculada aos contratos no ACR, o que reduz a exposição da Companhia à variação de preços. Eventualmente, com vistas a ajustar sua posição estrategicamente ao momento de mercado, a Companhia pode adotar o expediente da descontratação de energia, que consiste em desvincular a energia gerada do ACR para negociá-la no ACL, de acordo com as regras da ANEEL.

No ACL, a Companhia procura vender gradativamente a energia disponível, com vistas a preços atrativos e à minimização do risco de exposição aos preços de curto prazo (spot ou PLD). Na parcela dos ativos vinculada ao ACL, a diferença entre a geração e a venda é liquidada no mercado de curto prazo pela CCEE. Fatores relacionados à liquidez do mercado de energia podem afetar os preços de mercado.

3.4 Risco de crédito

Os riscos de crédito decorrem das operações comerciais da Companhia ou de investimentos financeiros.

Como forma de minimizar o risco de crédito nos contratos de venda de energia elétrica para consumidores livres, comercializadoras e geradoras no ACL, a Companhia, por meio de sua área de crédito, realiza uma análise e estabelece, de acordo com sua Política de Crédito, as garantias que deverão ser exigidas dessas contrapartes. Os créditos de todos os clientes e a sua exposição aos diversos setores da economia são avaliados periodicamente, de modo a manter a diversificação da carteira e a diminuir a exposição ao risco específico setorial.

Em relação aos investimentos financeiros, limites de crédito são avaliados e praticados para cada contraparte com a qual temos exposição de crédito. Além disso, a Delta 2 busca a diversificação da carteira e observa diferentes indicadores de solvência e liquidez das diferentes contrapartes que foram avaliadas para negociação.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito na data base da demonstração financeira, sendo resumida no quadro a seguir:

		Consolidado	
	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	4	56.535	25.925
Clientes	5	33.682	42.869
Caixa restrito	4	16.825	15.597
Total		107.042	84.391

3.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade da Delta 2 não cumprir suas obrigações contratuais nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. Os principais passivos financeiros contratados são os financiamentos com o BNDES e arrendamentos operacionais, sendo seus vencimentos contratuais demonstrados nas Nota 9.

A Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa individualmente por empresa controlada, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação individualmente. Eventualmente, podem ser utilizados

instrumentos de adiantamento de capital ou de mútuo para coberturas pontuais de caixa.

A Companhia busca relacionamento bancário regular para manter atualizado seus limites de crédito junto às instituições financeiras parceiras no intuito de estar preparada para obter, se necessário, linhas de crédito para auxiliar na gestão de liquidez de curto prazo.

3.6 Seguros (não auditado)

A Companhia mantém seguro de responsabilidade civil e patrimonial que cobre, entre outros riscos, fogo ou danos às propriedades da Companhia e de suas subsidiárias, como por exemplo danos elétricos/materiais, quebra de máquinas, roubos/furtos de bens, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, queda de raios, explosão, implosão e queda de aeronaves, além de danos causados a terceiros. Além disso, a Companhia possui, também, cobertura de lucros cessantes que indeniza a perda de lucro líquido e despesas fixas em decorrência de danos materiais que incorram em interrupção dos seus negócios pelo período de até 12 meses. A Companhia acredita que há baixo risco de impacto financeiro decorrente de eventual interrupção em um dos seus negócios dada a diversificação de seu portfólio. A Companhia acredita que mantém seguros adequados ao mercado de atuação da Companhia. As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

4. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS

Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo com resgate, junto ao próprio emissor, em até 90 dias da data da aplicação considerados de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedam o seu valor de mercado ou de realização.

Quando a aplicação apresenta algum tipo de restrição ao resgate, por estarem vinculadas a operações de créditos ou foram cedidas como garantias em operações comerciais, são registradas como aplicações financeiras mantidas até o vencimento, registradas ao custo amortizado e classificadas no ativo não circulante quando o vencimento for superior a 12 meses.

	Consolidado	
	2023	2022
Banco	4.401	5.096
Aplicações financeiras de liquidez imediata	52.134	20.829
Caixa e equivalentes de caixa	56.535	25.925
Aplicações financeiras - Caixa restrito	16.825	15.597
Total	73.360	41.522

Em 31 de dezembro de 2023, o caixa e equivalentes de caixa incluem, além dos saldos em contas bancárias, Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas e cotas de fundos de investimentos em títulos públicos, com liquidez diária e resgatáveis junto ao emissor.

As aplicações financeiras classificadas como caixa restrito e mantidas no ativo não circulante incluem instrumentos de renda fixa, contratadas em condições e taxas normais de mercado, como forma de garantia e vinculadas aos financiamentos obtidos junto ao BNDES, descritos na Nota 9.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Política contábil

São instrumentos financeiros classificados na categoria Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e representam os valores a receber pela venda de energia efetuadas pela Companhia. Os valores a receber são registrados inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, deduzidos de eventuais estimativas de perdas para cobrir eventuais prejuízos na sua realização, quando aplicável.

A prática contábil sobre o reconhecimento de receitas está apresentada na Nota 16.

	Consolidado	
	2023	2022
Consumidores livres e distribuidoras	15.481	10.942
MCP - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica "CCEE"	853	137
Excedente CCEAR	15.662	29.682
Outras contas a receber	1.686	2.108
Total	33.682	42.869
Apresentados no ativo:		
Circulante	21.725	33.810
Não Circulante	11.957	9.059

Contas a receber regulado (distribuidoras): representados por contas a receber de distribuidoras no âmbito de contratos adquiridos em leilões. Os preços decorrem do

leilão, ajustados por índices inflacionários. Possuem prazo de recebimento inferior a 45 dias.

Consumidores livres: representados por contas a receber de comercializadoras relativas à energia gerada pelos ativos de eólicos e liquidadas no curto prazo, ao preço de mercado, negociados pela Companhia e seus clientes livremente. Normalmente possuem prazo de recebimento inferior a 45 dias.

MCP CCEE: o saldo a receber decorre do mecanismo de fechamento de posição energética na CCEE, que ajusta as receitas faturadas mensalmente por meio da garantia física registrada pela Companhia na CCEE à quantidade física efetivamente gerada, podendo representar um valor a receber ou a pagar. De acordo com as regras da CCEE, esses valores geralmente são liquidados dentro do prazo de 45 dias. O risco de crédito desse ativo decorre da própria CCEE.

Não há saldos relevantes em atraso em 31 de dezembro de 2023 e 2022, portanto, não foi necessário o registro de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa.

6. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Tributos a recuperar				
IRRF/CSLL	201	218	1.050	1.664
PIS/COFINS	-	-	710	710
ICMS	-	-	22	20
Tributos diferidos	-	-	1.838	953
Adiantamento a fornecedores	-	-	563	563
Partes relacionadas (Nota 14)	8.388	7.314	-	336
Despesas a apropriar	-	-	283	96
Outros	-	-	-	-
Total	8.589	7.532	4.466	4.342
Apresentados no ativo:				
Circulante	8.589	7.532	2.628	3.389
Não circulante	-	-	1.838	953

Partes relacionadas: referem-se a rateios de despesas pelo compartilhamento de estrutura, conforme detalhado na Nota 14.

7. INVESTIMENTOS

Política contábil

A Companhia controla uma entidade quando conduz unilateralmente suas políticas financeiras e operacionais, se expondo aos retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o

controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas na mesma data base da controladora, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre as empresas consolidadas, receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados resultantes de operações entre as empresas consolidadas são eliminados. Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em controladas, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

7.1 Movimentação dos investimentos

	Controladora			
	Testa Branca I	Testa Branca III	Porto do Delta	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	62.457	47.665	48.033	158.155
Resultado de equivalência patrimonial	3.465	7.627	7.958	19.050
Dividendos mínimos obrigatórios	(823)	(1.811)	(1.899)	(4.533)
Redução de capital em controladas	(1.942)	(2.197)	(2.749)	(6.888)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	63.157	51.284	51.343	165.784
Resultado de equivalência patrimonial	9.254	6.248	8.761	24.263
Dividendos mínimos obrigatórios	(2.199)	(1.484)	(2.088)	(5.771)
Reversão de dividendos	1.805	1.811	1.081	4.697
Redução de capital em controladas	(2.416)	(2.734)	(3.419)	(8.569)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	69.601	55.125	55.678	180.404

8. IMOBILIZADO

Política contábil

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício social, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável.

Os custos de descomissionamento dos parques são contabilizados no custo inicial do ativo imobilizado com base em projeções dos custos que se esperam incorrer para desmontar os parques eólicos e restaurar a localidade realizadas pela Companhia. Os valores são amortizados com base nos prazos de autorização dos parques e o passivo,

registrado ao valor presente, é recomposto pela taxa de desconto estimada inicialmente, em contrapartida de uma despesa financeira.

A depreciação dos ativos em operação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens, limitadas ao prazo da autorização de funcionamento das usinas.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas das vidas úteis dos ativos são periodicamente avaliadas e atualizadas. Alterações em algumas dessas premissas assumidas poderão ter impacto significativo nos ativos da Companhia.

Ao determinar o valor da provisão de descomissionamento, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para a remoção de todo parque eólico e a época esperada dos referidos custos.

8.1 Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

	Consolidado					
	Ativo de direito de uso de arrendamento	Máquinas e equipamentos	Edificações	Projetos em andamento	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	11.508	317.691	4.366	1.161	40	334.766
Adições	-	163	-	41	-	204
Baixa	(7)	(63)	-	-	-	(70)
Depreciação	(831)	(17.506)	(197)	-	(4)	(18.538)
Remensuração	4.865	1.938	-	-	-	6.803
Transferências	-	625	-	(807)	182	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	15.535	302.848	4.169	395	218	323.165

8.2 Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

	Consolidado					
	Ativo de direito de uso de arrendamento	Máquinas e equipamentos	Edificações	Projetos em andamento	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	12.149	329.955	4.522	875	1.044	348.545
Adições	-	4.291	-	67	16	4.374
Adição sem efeito caixa	246	-	-	-	-	245
Depreciação	(887)	(17.299)	(197)	-	(16)	(17.512)
Transferências	-	744	41	219	(1.004)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	11.508	317.691	4.366	1.161	40	334.766

Em dezembro de 2023, em conformidade com as melhores práticas de governança corporativa, a Administração aprovou a mudança de classificação do saldo de ativo de direito de uso de arrendamento, de Intangível para Imobilizado.

Não houve juros capitalizados ao imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022. A Companhia adquire empresas com projetos já concluídos de forma que não há capitalização de juros ao ativo imobilizado após o início de operação dos ativos.

Os empréstimos e financiamentos exigem alienação fiduciária sobre os ativos da Companhia.

Na Nota 9 há o detalhe dos empréstimos que exigem esse tipo de garantia.

As vidas úteis utilizadas para o cálculo e registro da depreciação no exercício de 2023 são as seguintes:

	Taxa médias anuais de depreciação
Máquinas e equipamentos	4,50%
Edificações	3,80%
Outros	9,40%

A Companhia não alterou sua expectativa das vidas úteis dos ativos no exercício.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Não houve indicativo de desvalorização que demandassem teste de recuperabilidade desses ativos.

9. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Política contábil

Os empréstimos e financiamentos são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Os juros são contabilizados no resultado como uma despesa financeira durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Os juros de empréstimos e financiamento são capitalizados como parte do imobilizado se esses custos forem diretamente relacionados à um ativo qualificado em construção. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Juros de empréstimos não capitalizados são reconhecidos no resultado no período que foram incorridos.

9.1 Composição do saldo

Consolidado					
	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		Total
	2023	2022	2023	2022	2023
Em moeda nacional					
BND	17.485	16.095	197.729	212.373	215.214
Debêntures	8.603	6.592	15.813	23.002	24.416
Custo de transação	(140)	(103)	(327)	(473)	(467)
Total	25.948	22.584	213.215	234.902	239.163

Um resumo dos contratos vigentes, prazos, modalidades, custos e garantias por UGCs da Companhia está apresentado a seguir:

Consolidado						
UGC	Instituição financeira	Vencimento final	Forma de pagamento	Custo da dívida (a.a.)	Garantias	
Delta 2	FINEM BND	Janeiro/2033	mensal	TJLP + 2,27%	Fiança bancária parcial, conta reserva, cessão de direitos, alienação do ativo e ações	215.214
Delta 2	Debêntures	Dezembro/2026	semestral	IPCA + 7,38%	Fiança bancária parcial, conta reserva, compartilhamento garantias BND	24.416
						239.630
						258.062

9.2 Movimentação do saldo

A movimentação dos empréstimos e financiamentos do exercício é demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	29.309	257.486
Pagamento de principal	(4.662)	(20.098)
Encargos financeiros pagos	(3.907)	(21.582)
Encargos financeiros provisionados	3.391	23.248
Amortização de custo de transação	77	109
Saldos em 31 de dezembro de 2023	24.208	239.163

9.3 Cronograma de pagamento

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida são os seguintes:

	Principal	Juros	Total
2024 a 2026	71.990	7.729	79.719
2027 a 2029	69.268	-	69.268
2030 a 2032	87.890	-	87.890
2033 a 2035	2.753	-	2.753
	231.901	7.729	239.630

O fluxo de caixa das amortizações da dívida trata-se de projeção, considerando os fluxos contratuais de amortização de principal, juros e estimativas de inflação e de curva de juros básicos.

9.4 Garantias

As garantias dos financiamentos as usuais a um Project Finance, incluindo contas reservas, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização, alienação das máquinas e equipamentos apresentados, alienação das ações da Companhia e suas controladas, e quando aplicável, cartas de fiança bancária.

9.5 Covenants financeiros

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a índices de restrição de endividamento (covenants), notadamente o Índice de Capital Próprio (ICP) e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). O não cumprimento desses covenants pode resultar em aceleração do vencimento das dívidas.

Na tabela a seguir, demonstramos os covenants exigidos em 31 de dezembro de 2023 do grupo por UGC:

	Índice ICSD financeiro
UGC Delta 2	≥ 1,25 N.A.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e as UGCs encontravam-se integralmente adimplente em relação aos seus respectivos covenants. O cálculo do atingimento do ICSD é apresentado a seguir:

	ICSD – BNDES 2023	ICSD – Debênture 2023
(+) Lucro líquido do exercício	20.534	20.534
(+) Despesas (receitas) financeiras líquidas	19.991	19.991
(+) Provisão para o imposto de renda e contribuições sociais	4.856	4.856
(+) Depreciações e amortizações	18.597	18.597
(+) Quaisquer outras (receitas) ou despesas sem efeitos financeiros	-	-
(+) Resultado de itens não recorrentes após tributos	-	-
EBTIDA consolidado ajustado	63.978	63.978
(+) Imposto de renda e contribuição social devidos (pagos ou provisionados) no Aref	(4.856)	(4.856)
(+) Investimentos realizados no Aref (Nota 8)	(181)	N/A
(+) Distribuição de capital a qualquer título prevista para o ano seguinte (Nota 15.2)	(4.877)	N/A
(+) Resgate/aportes das contas de reservas de serviço de dívida e de O&M realizados no Aref	(1.366)	N/A
Geração de caixa das atividades (a)	52.698	59.122
(+) Somatório dos 12 meses de pagamento de amortização de principal realizado no ano de referência, exceto a referente ao "Subcrédito social"	20.098	20.098
(+) Somatório dos 12 meses de pagamento de juros realizado no ano de referência, exceto a referente ao "Subcrédito social"	21.582	21.582
Serviço da dívida (b)	41.680	41.680
ICSD auferido (a)/(b)	1,26	1,42

(i) Variação da rubrica "Caixa restrito" classificada no Ativo não circulante.

10. FORNECEDORES

	Consolidado	
	2023	2022
Fornecedores O&M, equipamentos e serviços	1.104	1.205
Compra de energia	2.897	2.383
Contas a pagar ACR	-	189
	4.001	3.777
Apresentados no passivo:		
Circulante	4.001	3.587
Não circulante	-	190

Fornecedores O&M e serviços gerais: representados substancialmente pelos fornecedores de O&M. Conforme descrito na Nota 3.1, a Companhia contrata com prestadores de serviços terceirizados as atividades de operação e manutenção de suas centrais geradoras de energia elétrica, comumente com o próprio fornecedor dos equipamentos do parque.

Compra de energia: as compras de energia são realizadas substancialmente para a cobertura das garantias físicas das UGCs, de acordo com a estratégia de sazonalização.

Contas a pagar ACR: o saldo a pagar decorre do mecanismo de ajuste da contabilização CCEE, conforme descrito na Nota 5.

11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

Política contábil

Os impostos a pagar decorrem das obrigações fiscais correntes, apuradas mensalmente com base nas legislações fiscais e jurisdições nas quais a Companhia opera. Estão incluídos impostos apurados nas esferas municipais, estaduais e federais. Quando a Companhia é responsável tributária pelo recolhimento dos tributos de seus fornecedores, é efetuada a retenção desses tributos e recolhimento perante os órgãos competentes.

Saldo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	2023	2022
Obrigações tributárias		
IRPJ e CSLL a recolher	898	63
Impostos a pagar	3.268	2.734
Tributos retidos sobre terceiros	273	221
	4.439	3.018

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES E PROVISÕES

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Dividendos (Nota 14)	5.259	382	5.259	382
Partes relacionadas (Nota 14)	12	11	778	819
Serviços	-	-	222	260
Provisões diversas	-	-	1.938	111
	5.271	393	8.197	1.572
Apresentados no passivo:				
Circulante	5.271	393	6.259	1.463
Não Circulante	-	-	1.938	109

13. PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

Política contábil

A Companhia arrenda terras nos parques eólicos e vincula o arrendamento a um percentual sobre as receitas decorrentes da geração de energia dos empreendimentos. Esses contratos possuem vigência semelhante aos prazos de autorização governamental para operação dos parques, geralmente 35 anos.

Adicionalmente, a Companhia passou a registrar em suas demonstrações financeiras a locação de frota de veículos. O prazo do contrato é de até 5 anos.

Todos os arrendamentos com prazo superior a 12 meses, com limitadas exceções, a Companhia reconhece um passivo de arrendamento no balanço patrimonial no valor presente dos pagamentos, mais custos diretamente alocáveis e ao mesmo tempo que reconhece um ativo representando o direito de uso correspondente ao ativo subjacente o prazo do arrendamento. Durante o prazo do arrendamento mercantil, o passivo é ajustado para refletir os custos financeiros e pagamentos feitos e o direito de uso é amortizado.

Os saldos dos passivos de arrendamento da Companhia, organizados por UGC, são apresentados a seguir:

			2023
UGC	% Arrendamento sobre geração		Passivos de arrendamentos
		Término	
Delta 2	1,80	2049	19.440
Total			19.440
Apresentados no passivo:			
Circulante			1.514
Não circulante			17.926
Total			19.440

O saldo do passivo de locação de veículos é de R\$ 45 (R\$ 134 em 2022).

A taxa de desconto para o cálculo do valor presente dos contratos de arrendamento, é de 9,70%.

A movimentação do passivo de arrendamento é apresentada a seguir:

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	14.726
Remensuração	4.865
Baixa	(15)
Juros incorridos sobre o passivo	1.360
Pagamento de arrendamentos	(1.496)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	19.440

14. PARTES RELACIONADAS

14.1 Ativos e passivos

O grupo de outros créditos e outras obrigações referem-se à alocação de custos de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, materiais de escritório e limpeza, entre outros).

14.1.1 Controladora

	2023			2022		
	Ativo		Passivo	Ativo		Passivo
	Dividendos a receber	Dividendos a pagar	Outras obrigações	Dividendos a receber	Dividendos a pagar	Outras obrigações
Grupo Omega Desenvolvimento	-	-	-	-	-	11
UGC Delta 2	8.388	-	-	7.314	-	-
OG 1	-	5.259	-	-	382	-
Serena Energia	-	-	1	-	-	-
Serena Geração	-	-	11	-	-	-
	8.388	5.259	12	7.314	382	11

14.1.2 Consolidado

	2023					2022				
	Ativo		Passivo			Ativo		Passivo		
	Clientes	Fornecedores	Outras obrigações	Dividendos a pagar		Clientes	Outros créditos	Fornecedores	Outras obrigações	Dividendos a pagar
Serena Geração	5.569	2.897	669	-		7.408	-	(2.349)	(619)	-
UGC Assuruá	-	-	-	-		-	-	-	(16)	-
UGC Delta 1	-	-	39	-		-	-	-	(46)	-
UGC Delta 3	-	-	16	-		-	-	-	(22)	-
Grupo Omega Desenvolvimento	-	-	-	-		-	-	-	(7)	-
Comercializadora	-	-	-	-		15.891	-	-	-	-
Serena Energia	-	-	28	-		-	336	-	(97)	-
Serena Desenvolvimento	-	-	5	-		-	-	-	(12)	-
CEA II	-	-	21	-		-	-	-	-	-
OG 1	-	-	-	5.259		-	-	-	-	(382)
	5.569	2.897	778	5.259		23.299	336	(2.349)	(819)	(382)

14.2 Demonstração de resultados

O grupo despesas administrativas refere-se à alocação de custos de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, materiais de escritório e limpeza, entre outros). Os valores positivos refletem o repasse de custos da Companhia para as partes relacionadas. Eventualmente são realizadas operações de compra e venda de energia entre partes relacionadas.

14.2.1 Controladora

Não tivemos receitas ou despesas intercompanhia afetando a controladora nos exercícios de 2023 e 2022.

14.2.2 Consolidado

	2023			2022		
	Receita operacional líquida	Custos da operação, conservação e compras	Administrativas, pessoal e gerais	Receita operacional líquida	Custos da operação, conservação e compras	Administrativas, pessoal e gerais
UGC Indaiás	-	-	-	-	(1)	-
UGC Assuruá	-	-	(39)	-	(47)	-
UGC Delta 1	-	-	(96)	-	(137)	-
UGC Delta 2	-	-	-	-	(36.229)	521
UGC Delta 3	-	-	(77)	-	(85)	2
UGC Serra das Agulhas	-	-	-	-	10	-
Grupo Omega Desenvolvimento	-	-	7	-	-	5
Comercializadora	-	-	(3)	-	-	(72)
CEA IV	-	-	3	-	-	-
Serena Energia	-	-	31	-	-	295
Serena Desenvolvimento	-	-	(6)	-	-	65
Serena Geração	6.525	(6.332)	(1.725)	5.150	(5.304)	1.217
	6.525	(6.332)	(1.905)	5.150	(41.793)	2.033

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Política contábil

A remuneração dos acionistas se dá sob a forma de dividendos. Esta remuneração é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovada pelos acionistas.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais são contabilizados, de forma destacada, em conta redutora do patrimônio líquido.

15.1 Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$90.706, e R\$ 90.656, representado por 134.285.590 e 6.040.350 ações preferenciais, respectivamente. As ações da Companhia são detidas integralmente pela controladora Omega Geração 1 S.A.

No exercício de 2023, a Companhia teve aumento de capital no montante de R\$ 50.

15.2 Distribuição dos lucros

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei;
- 25% para o pagamento de dividendo mínimo obrigatório; após desconto das reservas;
- Saldo remanescente poderá ser distribuído, destinado a reserva de investimento ou outras reservas sujeitas às leis e ao Estatuto, conforme proposta da Administração.

A proposta da Administração para a destinação do lucro líquido apurado em 2023 e 2022 é a seguinte:

Proposta da Administração	2023	2022
Resultado do exercício	20.535	14.431
(-) Reserva legal 5%	(1.027)	(722)
(=) Lucro líquido ajustado	19.507	13.709
Destinação dos resultados		
(-) Dividendos obrigatórios - 25%	4.877	-
Constituição de reserva estatutária para investimentos	14.630	13.709

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, a OGI, quanto à destinação dos resultados nos termos do §3º, do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76 ("LSA"), vem deliberar pela retenção de todo o lucro líquido, inclusive aquele que seria objeto da distribuição de dividendos obrigatórios.

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Política contábil

Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema integrado nacional (SIN).

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física (geração), ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração e compras), denominado balanço energético, que credita ou debita a diferença entre as vendas e efetiva geração para a Companhia, normalmente ao valor do PLD.

Os mecanismos explicados acima resultam no reconhecimento da receita bruta, ao seu valor justo, apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia.

O quadro a seguir apresenta a receita operacional líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Consolidado	
	2023	2022
Vendas no ACR		
Vendas no ACR	63.560	58.022
Excedente/(déficit) CCEAR	3.088	11.523
Vendas no ACL	22.528	8.851
MCP	1.395	1.449
Partes relacionadas	6.525	5.150
Venda de crédito de carbono	165	2.152
Impostos sobre a receita bruta	(3.715)	(3.263)
	93.546	83.884

17. CUSTOS DA OPERAÇÃO E COMPRA DE ENERGIA

	Consolidado	
	2023	2022
Compra de energia	(6.894)	(6.168)
Depreciação e amortização	(18.584)	(18.454)
O&M	(13.703)	(10.904)
Encargos regulatórios	(5.792)	(5.234)
Crédito de carbono	-	(299)
Outros	(1.087)	(734)
	(46.060)	(41.793)

Parcela substancial dos custos de O&M é contratada com prestadores de serviços terceirizados, comumente com o próprio fornecedor dos equipamentos de cada parque.

A energia é adquirida de terceiros e tem como finalidade complementar a Geração da Companhia em relação à posição vendida pela Companhia na CCEE. Os créditos de PIS e COFINS decorrem substancialmente das compras de energia

18. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Consolidado	
	2023	2022
Despesas de pessoal	(1.480)	(1.281)
Depreciação e amortização	(13)	(13)
Serviços de consultoria e auditoria	(97)	(105)
Serviços de terceiros	(160)	(315)
Publicações e propaganda	-	(21)
Outras	(189)	(298)
	(1.939)	(2.033)

19. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	39	13	5.763	4.566
Outras receitas	9	-	89	2
Pis e Cofins sobre receitas financeiras	(2)	(1)	(2)	(1)
	46	12	5.850	4.567
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(3.391)	(4.230)	(23.248)	(24.555)
Comissão sobre fiança	(115)	(157)	(813)	(1.093)
Custo de transação	(77)	(71)	(109)	(100)
Juros sobre arrendamentos operacionais	-	-	(1.360)	(1.379)
Outras despesas	(94)	(143)	(311)	(430)
	(3.677)	(4.601)	(25.841)	(27.557)
Resultado financeiro líquido	(3.631)	(4.589)	(19.991)	(22.990)

20. PROCESSOS JUDICIAIS

Política Contábil

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável pela diretoria jurídica e seus consultores jurídicos e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Processos judiciais cuja probabilidade de perda seja classificada como possível não são contabilizados como provisão, mas apenas divulgados nas notas explicativas. São denominados passivos contingentes.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Por sua natureza, os processos judiciais serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende diretamente da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, ambientais, tributárias, trabalhistas e regulatórias em andamento na esfera judicial, bem como em processos administrativos.

Provisões e passivos contingentes

Passivos contingentes em causas discutidas nas esferas administrativa e judicial, cuja expectativa de perda é classificada pela administração como possível, baseada na avaliação dos consultores jurídicos, não são contabilizados e somam o montante de R\$ 1.418.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Política contábil

A Companhia classifica ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente; e
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros são classificados como outros passivos financeiros.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, são ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Compreende o saldo de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos e títulos e valores mobiliários. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente no seu reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio

líquido nos termos do CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente. Atualmente a Companhia não trabalha com nenhum instrumento classificado nessa categoria.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado compreende no seu reconhecimento inicial o saldo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos, opções de compra de ações e demais títulos e valores mobiliários. Atualmente a Companhia não trabalha com nenhum instrumento classificado nessa categoria.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação que essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Hierarquia do valor justo

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 para esses ativos.

21.1 Classificação dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela com o valor contábil dos instrumentos financeiros

da Companhia, apresentados nas informações contábeis financeiras:

	2023	2022	Consolidado Categoria
Caixa e equivalentes	56.535	25.925	A
Aplicações financeiras – Caixa restrito	16.825	15.597	A
Clientes	33.682	42.869	A
Empréstimos, financiamentos e debêntures	239.163	257.486	A
Fornecedores	4.001	3.777	A

A – Ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis. Em relação ao caixa restrito, são efetuadas aplicações em títulos de taxas pós fixadas, atreladas ao CDI e presume-se que seu valor justo esteja próximo ao saldo contábil. Em relação aos empréstimos e financiamentos, a Companhia possui operações contratadas substancialmente com o BNDES, remuneradas à TJLP, que é um instrumento de financiamento de projetos de longo prazo, para o qual não existe um mercado ativo, portanto, presume-se que o valor contábil esteja próximo ao valor justo.

Os instrumentos financeiros da Companhia apresentados acima são classificados a nível 2 da hierarquia de valor justo.

* * *

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Acionistas da
Delta 2 Energia S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Delta 2 Energia S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Delta 2 Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

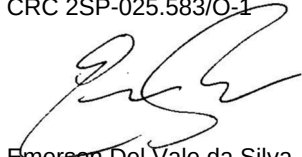
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de março de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Emerson Del Vale da Silva
Contador CRC 1SP-237.439/O-9